



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços, de veículos do tipo picape diesel cabine dupla com câmbio automático, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	TIPO DE VEÍCULO	CATMAT	UNID	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	ESTIMATIVA TOTAL	Valor Unitário	Valor Total
1	Veículo utilitário tipo picape cabine dupla, de cor branca, movido a diesel e câmbio automático, com sistema de sinalização, rádio comunicador e adesivamento conforme manual de identidade da ANTT.	150046	Unid.	1	38	38	302.844,15	11.508.077,70

1.2. Características mínimas dos veículos a serem fornecidos:

	TIPO/MODELO	Requisitos Mínimos a serem pedidos em edital
MOTOR	Combustível	Diesel
	Cilindrada	2190 cm ³
	Peso/potencia	MAX 13 kg/cv
	Aspiração	Turbocompressor
	Potencia máxima	valor mínimo para potência máxima 160 cv a 3750 rpm
Cabine	Cabine	Dupla
Transmissão	Transmissão	integral temporária
Câmbio	Câmbio	Automático
Direção	Direção	Elétrica ou Hidráulica
Pneus	Pneus	mínimo aro R16
DIMENSÕES	Comprimento	5260 mm
	Distância entre eixos	3000 mm
	Porta-malas	1000 mm
	Peso	1900 kg
	Largura	1785 mm
	Altura	1780 mm
	Tanque de combustível	75 litros
Equipamentos/ acessórios	Ar condicionado	sim
	Controle de tração	sim
	Conexão USB	sim
	Rádio	sim
	Computador de bordo	sim
	Sensor de estacionamento traseiro	sim
	tampão baixo elétrico para sua carroceria com acionamento interno conforme anexo C	sim
	trava elétrica nas quatro portas	sim
	alarme antifurto	sim
	acionamento elétrico dos vidros	sim
	película de controle solar para vidros	sim
	tapetes de borracha ou polivinil carbono (PVC),	sim
	grade protetora do motor/cárter, devidamente fixada na parte inferior externa do motor	sim
		sim

1.3. Adaptações e acessórios a serem instalados

1.3.1. Os veículos devem ser caracterizados com a instalação de sistema de sinalização visual/acústica externa (tipo ROTOLIGHT) de acordo com o ANEXO A deste Termo de Referência.

1.3.2. Os veículos deverão receber adesivamento (confecção e aplicação de recorte eletrônico em vinil) de acordo com o manual de identidade visual da Contratante e ANEXO B, com as seguintes especificações: o adesivo vinílico deverá ser super calandrado para plotagem; projetado para aplicações internas e externas de alta performance (Linha 651 da marca Oracal ou produto similar ou de qualidade superior); Informações técnicas: liner de papel siliconado 137g/m², adesivo permanente à base de solvente acrílico, espessura 0,075mm, de acordo com o ANEXO B deste Termo de Referência.

1.3.2.1. Caso haja alguma modificação no manual de identidade visual da Contratante após a finalização do pregão eletrônico, a arte a ser utilizada no adesivamento poderá ser alterada a pedido da Contratante, desde que não cause alteração do valor inicialmente estimado e que a Contratada ainda não tenha iniciado sua execução.

1.3.3. Os veículos deverão receber a instalação de tampão baixo elétrico para sua carroceria com as seguintes características: tampão marítimo baixo elétrico em chapa de aço de aproximadamente 3 cm de altura; pode ser usado com Santo Antônio; fechadura elétrica acionada de dentro da cabine; pintura externa em PU na cor original do veículo; dois amortecedores; duas dobradiças; vedação e segurança para os objetos transportados, de acordo com o ANEXO C deste Termo de Referência.

1.3.4. Deverão ser instalados nos veículos radios comunicadores conforme ANEXO D

1.4. O sistema elétrico dos veículos deverá ser adequado de forma a atender aos quesitos específicos de configuração sem prejuízo das demais funções do veículo e sem prejuízo da garantia do fabricante.

- 1.5. Os veículos deverão ser licenciados e emplacados, em Brasília/DF, como veículo oficial em nome da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, observado o disposto na legislação pertinente, sendo os custos desses serviços de responsabilidade da CONTRATADA.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento congênere, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.7. Os Veículos automotores ofertados deverão ser da cor branca, cabine dupla, zero quilômetro, ano de fabricação e modelo no mínimo correspondente à data da nota fiscal correspondente.
- 1.8. Foi utilizada, para elaboração do presente Termo de Referência, a minuta modelo do site da AGU atualizada em junho de 2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e nas características do objeto constantes do item 1.2 deste documento e seus subitens.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Por tratar-se o objeto de veículo especial para atividades de fiscalização da ANTT, sobretudo pelas caracterizações e adaptações descritas neste instrumento, a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) será dispensada, nos termos do §1º do art. 4º do Decreto nº 7.892/2013, e pelas mesmas razões, não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços (ARP).

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Deverá ser adotado o critério de sustentabilidade abaixo descrito:
 - 5.1.1. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. O prazo de entrega será de até 180 (cento e oitenta dias), contados da assinatura do Contrato, na sede da ANTT localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla 8 - Brasília - DF.
- 6.2. Poderá ser solicitada pela Contratada e analisada pela fiscalização do contrato a extensão do prazo de entrega.
 - 6.2.1. Este pedido de extensão deverá ser apresentado no máximo até 24 horas do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, no prazo de 10 (dez) dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
 - 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e em seus anexos;
 - 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no respectivo contrato e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.
- 8.1.8. os veículos devem estar acompanhados do manual do usuário/proprietário e certificado de garantia, com versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 8.1.9. os veículos devem estar acompanhados do manual dos equipamentos sinalizadores acústico/visual (ROTOLIGHT) e de comunicação, juntamente à cartilha da rede de assistência técnica, com versão no idioma português.
- 8.1.10. providenciar, às suas expensas, a instalação dos itens opcionais descritos neste Termo de Referência e os que constarem da proposta, bem como todos os equipamentos de segurança previstos pelo Código Nacional de Trânsito, sem prejuízo da garantia do fabricante.

8.2. Observar os prazos de entrega estabelecidos anteriormente.

8.3. Contratada deverá, antes de iniciar a adesivação dos veículos solicitada no subitem 1.3.2, verificar com a Contratante se a arte inserida no presente termo de referência ainda está vigente ou se houve qualquer alteração, para que possa executar os serviços conforme a arte vigente.

- 8.3.1. Essa alteração de arte, a ser utilizada para a caracterização dos veículos a serem entregues pela contratada, só poderá ser solicitada pela contratante caso não promova alteração do valor inicialmente estimado para tal serviço.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 14 % (quatorze por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- 9.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 9.1.2. É permitida a subcontratação apenas dos opcionais/acessórios agregados aos veículos e os serviços correlatos.

9.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo licitante vencedor.

- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a ANTT.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à licitante vencedora será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do licitante vencedora, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ANTT.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ANTT deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do licitante vencedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a ANTT deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à licitante vencedora a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o licitante vencedora não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I - (TX)	I = $\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438
		TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Os critérios para estabelecimento da garantia contratual serão estabelecidos no Edital de Licitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. Multa moratória de 0,15% (quinze centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

15.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 15.2.5 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.4, 15.2.5 e 15.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.1.1. Valor Global: conforme tabela do item 1.1 deste TR.

16.1.2. Valores Unitários: conforme tabela do item 1.1 deste TR.

16.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

16.4. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.5. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital. 16.X. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado para a aquisição de um veículo e de R\$ R\$ 302.844,15 (trezentos e dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais quinze centavos) e valor total para os 38 veículos de R\$ 11.508.077,70 (onze milhões quinhentos e oito mil setenta e sete reais setenta centavos).

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: PATRÍCIA CALDAS MONTEIRO	Matrícula/SIAPE: 1291209
(assinado eletronicamente) PATRÍCIA CALDAS MONTEIRO Técnico Administrativo	
Nome: MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO	Matrícula/SIAPE: 2076777
(assinado eletronicamente) MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO Coordenador de Planejamento de Compras e Serviços	
Nome: RODRIGO BARROS BRANDAO SOARES	Matrícula/SIAPE: 1671731
(assinado eletronicamente) RODRIGO BARROS BRANDAO SOARES Técnico Administrativo	
APROVO este Termo de Referência.	
Nome: RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES	Matrícula/SIAPE: 1534297

(assinado eletronicamente)

RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES

Gerente de Recursos Logísticos

Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente

Nome: **EDUARDO JOSÉ MARRA**Matrícula/SIAPE: **1533949**

Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento.

EDUARDO JOSÉ MARRA

Superintendente de Gestão Administrativa

ANEXO "A"

SINALIZADOR ROTOLIGHT

Sistema de sinalização externa com lente inteiriça, formato em arco, instalado no teto do veículo dotado de base construída em ABS ou policarbonato (reforçado com perfil de alumínio estruturado), ou alumínio; cúpula(s) injetada(s) em policarbonato na cor cristal (transparente), resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV e sistema luminoso composto por conjunto de, no mínimo, 66 LEDS, na cor rubi (vermelho) próprios para iluminação (categoria alto brilho), com 1 watt de potência, montados em blocos e distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade.

Cada LED deverá ter intensidade luminosa não inferior 60 lúmens; diâmetro não inferior a 3 mm, ângulo de emissão de luz não inferior a 70º; corrente nominal não inferior a 70 mA @ 25º. O conjunto sinalizador visual deverá ser controlado por controle central único, dotado de micro processador ou micro controlador, que permita a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência com ciclos não inferiores a 450 FPM; o circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LEDS através de PWM (Pulse Width Modulator); o PWM deverá garantir também a intensidade luminosa dos LEDS, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LEDS; o consumo máximo da barra nas funções LEDS, excluídas as luzes de beco, não deverá ultrapassar 7 A.

O sistema de controle do sinalizador deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas, dotado de luz de beco integrado ao próprio sinalizador, sendo 01 conjunto de no mínimo 03 LED's para cada lateral da barra. Garantia mínima de 05 (cinco) anos para os LEDS.

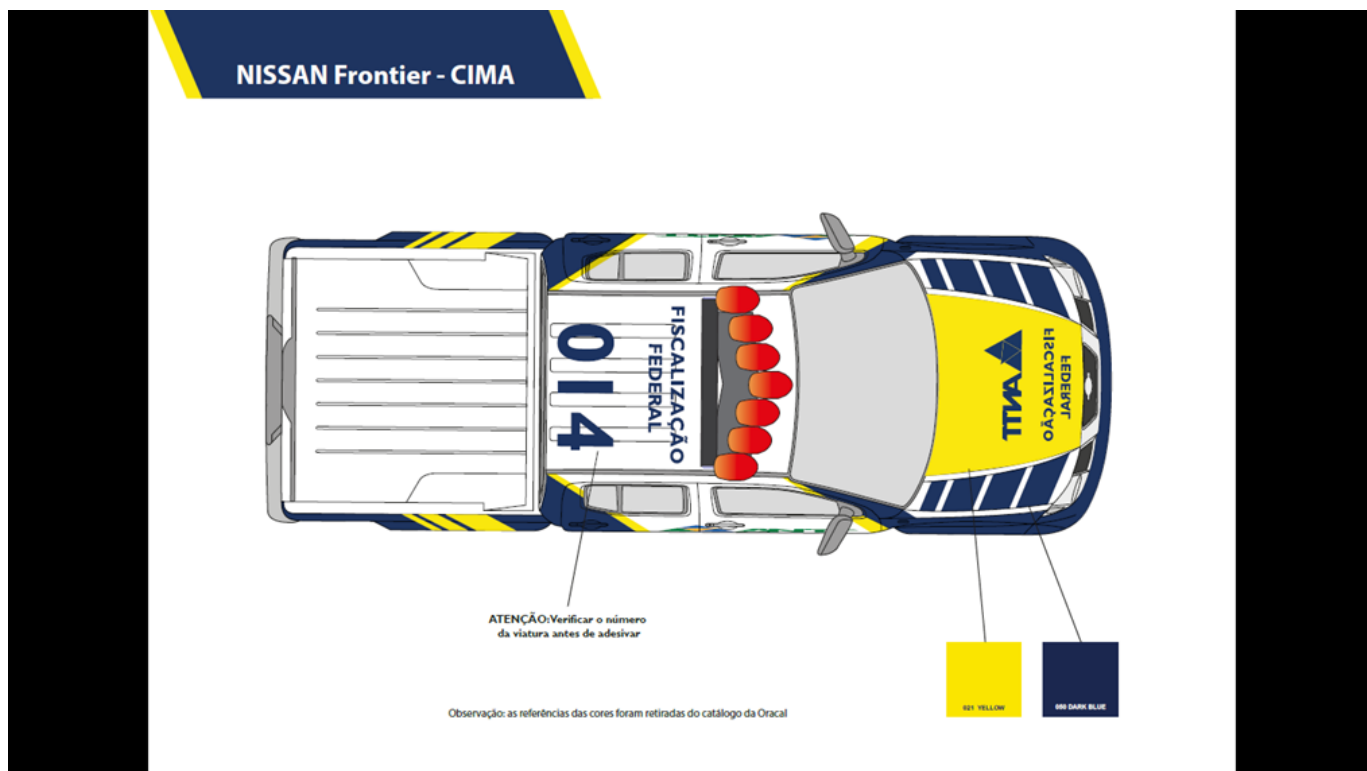
Sinalizador acústico de, no mínimo, 100 W RMS de potência, @ 13,8 Vcc com, no mínimo, 4 (quatro) tons distintos; sistema de megafone com ajuste de ganho e potência mínima de 30 w RMS e entrada auxiliar de áudio.

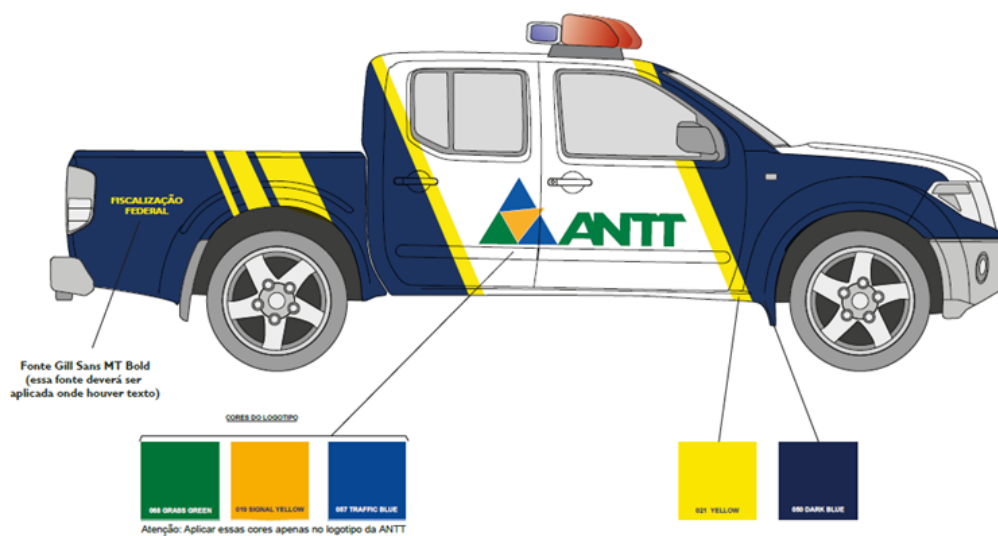
Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro de faixa de frequência utilizada pelas polícias. Instalação de fios (espera) para instalação de rádio transceptor VHF/FM no painel de comandos. 04 (quatro) mini sinalizadores instalados próximos aos faróis e lanternas traseiras, conforme marca/tipo/modelo do veículo, com 03 (seis) LEDS de 03 (três) Watts de potência cada LED, na cor cristal, selados em formato linear, com aro de acabamento na cor preta; sincronizados face a face com a cor branca estroboscópica. Temperatura de cor de 6500ºK típico; capacidade luminosa de no mínimo 350 (trezentos e cinquenta) Lumens para cada mini sinalizador; Tensão de aplicação: 12 (doze) a 14,7Vcc. Melhora a visualização das viaturas em situações que exigem a utilização desta iluminação.

*Características mínimas, podendo ser ofertados produtos similares, ou equivalentes, ou de melhor qualidade.

ANEXO B

ARTE DOS VEÍCULOS PARA ADESIVAÇÃO



NISSAN Frontier - LATERAIS

Observação: as referências das cores foram retiradas do catálogo da Oracal

ANEXO "C"
MODELO DE TAMPÃO ELÉTRICO
 *Foto meramente ilustrativa

**ANEXO D -****ESPECIFICAÇÕES DOS RADIOS COMUNICADORES**

O Transceptor móvel para viatura operacional (Rádio Digital) deverá ter as seguintes características:

Painel frontal do equipamento deve possuir todos os controles necessários à utilização do equipamento como ajuste de volume, selecionador de canais e grupos e outros, visor alfanumérico com capacidade de receber mensagens curtas de texto (pelo menos 100 caracteres por mensagem), apresentar pelo menos a identificação do chamador, do grupo selecionado e/ou do registrado.

Deve possuir interoperabilidade com qualquer rede TETRA;

Deve permitir chamadas de voz individual e em grupo, chamadas de voz semi-duplex e Duplex, chamadas de voz para PABX e PSTN, chamadas normais, prioritárias ou de emergência, conforme habilitadas na rede;

Botão de sinalização de emergência e de chamada em prioridade de fácil localização e acionamento.

Botões para seleção de grupos de chamada de acesso direto, ou seja, sem necessidade de acionar comando no menu sendo a seleção realizada apenas pelo pressionamento dos botões.

Teclado padrão com numerais de 0 a 9, símbolos “ # ” e “ * ” e caracteres alfabéticos, similar ao utilizado em telefonia.

Capacidade de varredura de canais (SCAN) configurável e acionada diretamente no terminal ou por meio de programação via aplicativo designado para esse fim.

Capacidade de gerar e receber chamadas de voz e dados individuais ou em grupo, todas criptografadas.

Capacidade para configuração e operação de no mínimo 1.000 (mil) grupos de conversação em modo troncalizado e 500 (quinhentos) grupos de conversação em modo direto.

Todos os equipamentos deverão incorporar criptografia na interface ar pelo menos no padrão TEA1, além de suportar , no mínimo, os serviços de segurança definidos no padrão TETRA.

Capacidade para conexão, através de cabo incluso no fornecimento, a equipamento periférico de dados tipo computador portátil (notebook) ou de mesa (desktop) através de conector padrão USB.

Poderá o terminal de rádio possuir conector padrão USB diretamente para conexão ou utilizar adaptador do conector do terminal para padrão USB desde que possibilite a troca de informações entre o terminal e o equipamento periférico com rendimento semelhante à conexão direta.

Potência de saída de áudio mínima de 5 (cinco) watts, podendo ser por alto falantes externos;

Conector de RF padrão BNC, UHF, N, mini UHF ou mini N, para uso de antena externa ao terminal;

As antenas de transmissão/recepção, instaladas em conjunto com os transceptores, devem ser apropriadas e dimensionadas a fornecer cobertura adequada, bem como os elementos que compõe o sistema irradiante – cabos, conectores e outros, que devem ser fornecidas com o equipamento. O sistema irradiante deverá ter pelo menos as seguintes características:

O sistema irradiante deve ser multifunção, de quatro elementos em um único conjunto, com antenas para GPS, GSM/Celular, 3G UMTS, WLAN e TETRA, propiciando uma única furação no teto da viatura;

Deve ser omni-direcional para as antenas GSM/Celular, 3G UMTS, WLAN e TETRA;

O ganho mínimo do sistema irradiante para a rede TETRA deve ser de 2 dBi;

O ganho mínimo do sistema irradiante para GSM/Celular, 3G UMTS e WLAN deve ser de 2 dBi;

Para TETRA, GSM/Celular, 3G UMTS e WLAN a polarização deve ser vertical e para GPS a polarização deve ser radial direita;

Impedância de 50 ohms;

Potência máxima de entrada de pelo menos 25 Watts;

O range de frequência para a rede TETRA deve ser de pelo menos 380-430 Mhz;

O range de frequência para GSM/Celular deve ser de pelo menos 850 Mhz, 890-960 Mhz (GSM900) e de 1710-1880 Mhz (GSM1800);

O range de frequência para 3G UMTS deve ser de pelo menos 1900-2170 Mhz;

O range de frequência para WLAN deve ser de pelo menos 2200-2700 Mhz (2.4GHz WLAN) e de 5400-5800 Mhz (5.4 Ghz WLAN)

O ganho LNA do GPS deve ser de pelo menos 25 dB;

Conjunto com resistência equivalente IP66 pelo menos;

Cabos independentes para TETRA, GPS, Celular e WLAN, todos tipo RG174, com espessura máxima de 3 mm e com comprimento mínimo compatível com a configuração de instalação do conjunto irradiante no centro do teto do veículo e os equipamentos conectores no painel frontal do veículo;

Os terminais dos cabos devem ser tipo Plug FME para TETRA, Soquete FME para GPS, Plug SMA para Celular e Soquete SMA para WLAN;

Os eventuais adaptadores necessários para conexão com o transceptor deverão ser incluídos;

As antenas, bem como sua instalação e regularização, devem estar em conformidade com as regulamentações legais, em especial as da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Incluir microfone de mão de fácil conexão ao terminal com baixa captação de ruído ambiente e tecla PTT (pushto- talk).

O transceptor deve possuir características físicas, elétricas e de radiofrequência nas condições estabelecidas abaixo:

- a) Faixa de frequência de operação pelo menos de 380 a 400 MHz;
- b) Temperatura de operação de pelo menos -5°C a +45°C;
- c) Possibilidade de operar em ambientes com umidade relativa do ar superior a 75%;
- d) Largura de faixa de canal de 25 kHz, conforme normatização da ANATEL;
- e) Separação entre portadoras de transmissão e recepção de 10 MHz;
- f) Resistente a choques e vibrações, pó e água, de acordo com a classificação de proteção IP67 ou melhor.

Características da unidade handheld PTT:

- I - Peso máximo de 150 gramas.
- II - Bateria tipo Lítio-polímero com pelo menos 1.100 mA.
- III - sensibilidade máxima de -98 dBm à 1% BER.
- IV - Saída de áudio com potência máxima de pelo menos 500 mW.
- V - Consumo máximo na recepção de 400 mA.
- VI - Consumo máximo standby de 100 mA.
- VII - Consumo máximo de transmissão de 120 mA.
- VIII - Potência máxima de transmissão de pelo menos 20 dBm.
- IX - Capacidade de captação entrada do microfone de pelo menos 50~100 mVrms

Características da unidade transmissora:

- a) Alimentação veicular até 13,86 VDC.
- b) Dimensões máximas não superiores a 100 mm.
- c) Sensibilidade máxima de -98 dBm à 1% BER.
- d) Consumo máximo na recepção de 150 mA.
- e) Consumo máximo standby de 100 mA.
- f) Consumo máximo de transmissão de 120 mA.
- g) Potência máxima de transmissão de pelo menos 20 dBm.
- h) Capacidade de captação entrada do microfone de pelo menos 50~100 mVrms.

Características da antena externa:

- a) Antena externa de 2.4 Ghz.
- b) Base magnética

Outras características dos transceptores:

- a) Transceptor de comunicação por frequência de rádio, dentro da faixa estipulada, de tecnologia digital, com recursos de criptografia fim a fim, para operação em modo troncalizado e convencional (direto) e capaz de operar apenas em modo semi-duplex ou em modo semiduplex e full-duplex.
- b) Os equipamentos deverão possuir Certificado de interoperabilidade do TETRA MoU (ISCOM) com infraestrutura TETRA.
- c) A estrutura de despacho será formulada em processo próprio, de acordo com a tecnologia proposta da capacidade instalada, devendo os equipamentos aqui especificados se interfacear com o sistema de despacho por meio de protocolo TCP/IP;
- d) O sistema deverá permitir operação no modo direto, em grupos de conversação, entre grupos, realizar chamadas privativas e seletiva.
- e) O tempo entre acionamento do transceptor até o acesso para uma chamada deverá ser no máximo de 500 (quinhentos) milésimos de segundos.
- f) Em havendo transceptores de mesmo grupo em sítios diferentes, o sistema deverá promover a conversação entre estes transceptores, observada a interconectividade das estações rádio base.
- g) As chamadas de emergências terão prioridade no sistema de rádio comunicações, sendo estas divididas em dois níveis de prioridade: a chamada comum e uma de intervenção emergencial.
- h) Todos os equipamentos de rádio deverão enviar seus números de identificação (ID), número de série (ESN) e coordenadas de localização ao serem ligados e autenticados na rede e também ao acionar-se a tecla aperte para falar (PTT) e automaticamente se ocioso após transcurso de tempo pré-definido.
- i) Os equipamentos de radiocomunicação digital poderão realizar ou receber chamadas telefônicas a partir de seus controladores remotos, de forma privativa ou para grupos.
- j) A rede de radiocomunicação deverá permitir a emissão de comandos que gerem mensagens, alarmes sonoros e identificações luminosas em transceptores fixos, móveis e portáteis.

O sistema deverá ser entregue, em funcionamento, com todo o hardware, software, interfaces, baterias, fontes de alimentação, cabos, conectores, antenas, que permitam o funcionamento técnico e operacional dentro das especificações do fabricante, às expensas do licitante vencedor.

ANEXO E
PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	TIPO DE VEÍCULO	CATMAT	UNID de MEDIDA	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Veículo utilitário tipo picape cabine dupla, de cor branca, movido a diesel e câmbio automático, com sistema de sinalização, rádio comunicador e adesivamento conforme manual de identidade da ANTT.	150046	Unidade	38		



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 23/05/2022, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES, Gerente**, em 23/05/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BARROS BRANDAO SOARES, Coordenador(a)**, em 23/05/2022, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA CALDAS MONTEIRO, TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, em 23/05/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOSE MARRA, Superintendente**, em 23/05/2022, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11440410** e o código CRC **379DAFB4**.